

Iniciativa da CGU é um convite para que empresas do setor (indústria, fornecedores, hospitais, clínicas, laboratórios, planos de saúde e afins) assumam um compromisso público com um ambiente de negócios mais íntegro e transparente.



O Instituto Ética Saúde e a Controladoria Geral da União (CGU) conclamaram indústria, fornecedores, hospitais, planos de saúde, laboratórios, clínicas e associações de classe a fazerem parte do Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e apliquem na prática diária a ética e a transparência nos negócios no setor da saúde. O convite ocorreu durante o evento virtual sobre o tema, realizado no dia 25 de fevereiro, que contou com mais de 420 inscritos.

A Presidente do Conselho de Administração do IES, Candida Bollis, destacou os 10 anos do Instituto - comemorados em 2025 - e o reconhecimento global pela mobilização de todos os segmentos da saúde por um ambiente livre de corrupção e desvios, tanto no setor público quanto no privado. Afirmou que o “Pacto Brasil pela Integridade Empresarial é um programa totalmente convergente com os propósitos do IES, tendo ambos, como missão maior, criar um ambiente honesto e totalmente transparente entre os stakeholders do setor, tendo sempre como foco principal propiciar melhores resultados para os pacientes”. E convidou os participantes a refletir sobre um tema essencial: “Como podemos privilegiar e certificar empresas, clientes e fornecedores que possuam programas de compliance robustos? Em um cenário em que programas como ESG, ISO, LGPD e Segurança da Informação já são amplamente valorizadas, torna-se crucial atribuir o mesmo peso e rigor à avaliação de programas de integridade corporativa”.

O Secretário Nacional de Integridade Privada da CGU, Marcelo Pontes Vianna, enfatizou que “o setor da saúde é especialmente sensível. Por isso que é tão importante termos um parceiro tão relevante como o Instituto Ética Saúde. É uma iniciativa que visa justamente oferecer ferramentas para o setor empresarial adotar práticas mais íntegras”. Destacou que a Controladoria tem aumentado o esforço de enfrentamento do fenômeno da corrupção. “Em 2024, batemos recordes de instauração e conclusão de processos e conseguimos levar a pauta da responsabilidade socioambiental no contexto de integridade, tanto no Brasil quanto fora, por meio de uma resolução ministerial aprovada pelas autoridades de todos os países que acompanham o G20”. E concluiu: “empresas que integram a responsabilidade socioambiental em suas estratégias tendem a ser mais perenes, sustentáveis e lucrativas”.

Para o Diretor Presidente do Instituto Ethos, Caio Magri, a saúde tem uma oportunidade setorial única de demonstrar, de forma prática, o compromisso com a integridade e o combate à corrupção. “Nenhum outro setor no Brasil – como infraestrutura, petróleo e gás – possui uma estrutura organizativa e relacional tão forte com o Estado. Esse alinhamento reforça o primeiro objetivo do Plano Nacional de Integridade e Combate à Corrupção: assegurar a qualidade das políticas públicas e a eficiência no uso dos recursos”, salientou.

“Cobrança mútua” e “responsabilidade compartilhada”. Na visão do Diretor Executivo do IES, Filipe Venturini Signorelli, esses são os desafios de todos os players da cadeia de saúde. “A integridade nos negócios deve ir além das certificações formais, com empresas cobrando mutuamente a aplicação prática dos programas de compliance. Selos como o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, o Selo Pro-ética, o QualIES, entre outros, devem ser exigidos, auditados e avaliados continuamente. As empresas devem assumir responsabilidade conjunta pelas condutas éticas de seus fornecedores, prestadores de serviços e distribuidores; devem cobrar dos responsáveis leis e regulações rígidas e autorregular o setor de forma justa, para que os negócios sejam feitos apenas entre aqueles que consigam garantir transparência em todas as etapas das negociações”, defendeu.

A Coordenadora-Geral de Promoção de Integridade Privada da CGU, Monique Cerqueira Zuidema, apresentou os benefícios do Pacto Brasil pela Integridade Empresarial para as empresas aderentes

e para a sociedade. Segundo ela, muitas empresas temem que as informações fornecidas na autoavaliação sejam usadas em investigações e auditorias da CGU. Mas esclareceu que essas informações não serão utilizadas para fins de fiscalização.

Atualmente, 312 companhias são aderentes ao projeto, sendo mais da metade delas de grande porte. “A CGU busca ampliar o engajamento das micro e pequenas empresas no Pacto. A proposta é que a integridade acompanhe o crescimento delas, oferecendo benefícios concretos também para os pequenos negócios”, afirmou Monique.

A Diretora de Promoção e Avaliação de Integridade Privada da CGU, Cristine Ganzenmüller, destacou que aderir ao plano é um diferencial de mercado e falou do papel preventivo do Pacto. “As aderentes recebem gratuitamente um questionário de autoavaliação, que permite identificar práticas essenciais, como implementação de um Código de Ética ou criação de um canal de denúncias. Além de fortalecer a governança interna, a participação no pacto amplia as oportunidades comerciais e a credibilidade da empresa no mercado”, finalizou.

Fonte: [Abraidi](#), em 28.02.2025.